

## XI REUNIÃO DA CIJC (Lima, 2016)

### Relatório da Secretaria Permanente

Excelências, Senhoras e Senhores magistrados, ministros e juízes constitucionais que se encontram entre nós,

Em conformidade com o mandato previsto nos Estatutos da Conferência, cabe-me dar conta do trabalho iniciado e realizado pela Secretaria Permanente desde a X reunião até à data, o que tenho o prazer de fazer. Para isso, revisarei as tarefas dadas pela Conferência na reunião anterior realizada em Santo Domingo:

Antes de mais, a Conferência reiterou o seu interesse, já expresso em reuniões anteriores, em continuar a publicar os documentos e actas de cada uma das suas reuniões, como forma de enriquecer o debate jurídico ibero-americano e a justiça constitucional nos nossos países. Precisamente, no relatório que entreguei em Santo Domingo, manifestei a minha preocupação com a publicação dos trabalhos, documentos e actas de cada uma das reuniões da Conferência, que começou por ocasião da reunião realizada em Sevilha em 2005, mas foi interrompida em 2010.

Pois bem, tenho o prazer de transmitir que em cumprimento desta primeira missão, em outubro de 2015 foi publicado o livro, que reúne os trabalhos correspondentes à IX reunião da Conferência, realizada em Cádiz de 17 a 19 de maio de 2012, sob o título "Presidencialismo e Parlamentarismo na Jurisprudência Constitucional".

E em março deste ano 2016 foi publicado um livro que recolhe as obras correspondentes à X reunião da Conferência, realizada em Santo Domingo de 12 a 15 de março de 2014, sob o título "Normatividade e supremacia jurídica da Constituição", cuja co-publicação foi partilhada pelos Tribunais Constitucionais da República Dominicana e Espanha.

Em segundo lugar, a Conferência enfatizou a conveniência de promover a troca de informações entre os seus membros e aumentar a sua cooperação a fim de consolidar uma comunidade ibero-americana de justiça constitucional, destacando a importância da realização de reuniões e seminários de interesse para os sistemas de justiça constitucional ibero-americanos.

De facto, o artigo 27 dos nossos Estatutos prevê a organização pela Secretaria Permanente de actividades complementares de formação com vista a reforçar a rede ibero-americana de justiça constitucional. Os seminários que, desde a reunião anterior da Conferência, a Secretaria Permanente organizou em colaboração com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) no

âmbito do Programa Ibero-Americano de Formação Técnica Especializada, fazem parte deste âmbito de ação:

O primeiro seminário, intitulado "Novos desafios ao direito à privacidade", realizou-se no Uruguai, no centro de formação de Montevideo, de 15 a 18 de junho de 2015. Estiveram presentes representantes dos tribunais do Chile, Equador, Espanha, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O segundo seminário foi sobre "os direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penitenciários" e realizou-se no centro de formação em La Antigua, Guatemala, de 28 a 30 de setembro de 2015. Estiveram presentes representantes dos tribunais do Chile, Costa Rica, Guatemala, Espanha, Panamá, Paraguai, Portugal, República Dominicana e Venezuela.

Finalmente, um terceiro seminário sobre "A execução de sentenças constitucionais" foi realizado na semana passada, de 20 a 22, no centro de formação de Antigua (Guatemala).

Gostaria de agradecer à Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID) pelo apoio que tem vindo a prestar à Conferência desde 2005, que desde então tomou a forma de seminários como os que acabei de mencionar, nos quais participaram magistrados, ministros, juizes constitucionais, referendários e conselheiros dos nossos tribunais. A AECID também participa directa ou indirectamente em programas de apoio a alguns membros da Conferência, tais como o projecto de reforço institucional com o Tribunal Constitucional da República Dominicana, no qual oito referendários do Tribunal Constitucional espanhol participaram em quatro cursos de formação organizados em 2014 e outros dois em 2015.

Em terceiro lugar, a Conferência também destacou a necessidade de continuar e reforçar a sua página web como meio de intercâmbio do trabalho, experiências e problemas dos vários Tribunais, Cortes e Câmaras constitucionais.

Para esse efeito, os programas e questionários elaborados sobre os temas monográficos da nona e décima reuniões, as respostas recebidas dos Tribunais, Cortes e Câmaras constitucionais, o documento de síntese elaborado com base nessas respostas e a declaração final adoptada por cada plenário foram publicados no sítio web da Conferência ([www.cijc](http://www.cijc)). O trabalho dos seminários de Montevideo e Antigua, a que me referi anteriormente, também foi publicado no sítio web da Conferência. Os livros que contêm os anais das várias reuniões foram também publicados no website da Conferência.

Finalmente, a Conferência congratulou-se com o interesse gerado pela nossa X Reunião e agradeceu aos observadores que assistiram e participaram activamente na mesma: a Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional, o Tribunal

Interamericano dos Direitos Humanos, a Comissão de Veneza e o Conselho Constitucional do Reino de Marrocos.

Ao mesmo tempo, a Conferência reiterou o seu interesse em reforçar a colaboração e cooperação com outros fóruns de justiça constitucional e, portanto, concordou em participar no XVI Congresso da Conferência Europeia dos Tribunais Constitucionais realizado em Viena, Áustria, de 12 a 14 de maio de 2014, com o então Presidente do Tribunal Constitucional do Peru, Sr. Óscar Urviola Hani, acompanhado pelo Juiz Ernesto Álvarez Miranda, em representação da Conferência Ibero-Americana de Justiça Constitucional.

Também participamos no Terceiro Congresso da Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional realizado em Seul, Coreia, de 28 de setembro a 1 de outubro de 2014, assumindo o Presidente do Tribunal Constitucional do Peru a representação da Conferência Ibero-americana sobre Justiça Constitucional, acompanhado pelo Presidente do Tribunal Constitucional Dominicano, Milton Ray Guevara.

Finalmente, a Conferência saudou com agrado a proposta de acordo de cooperação com a União dos Tribunais e Conselhos Constitucionais Árabes (UCCCA) e autorizou-me, como Secretário Permanente da Conferência, a assiná-lo, como manifestação da vontade comum de ambos os fóruns de trabalhar no interesse da justiça constitucional como elemento essencial do Estado de direito, através dos instrumentos de intercâmbio e participação contidos no referido acordo. A Assembleia Geral da União dos Tribunais e Conselhos Constitucionais Árabes (UCCCA), realizada no Kuwait a 24 de março de 2015, aprovou o referido acordo de cooperação com a Conferência Ibero-Americana sobre Justiça Constitucional, assinado em Santo Domingo a 14 de março de 2014, e nomeou, em conformidade com o artigo 4º do acordo, Sr. Mohamed Achargui, Presidente do Conselho Constitucional de Marrocos, e Sr. Nouaman Alkhatib, membro do Tribunal Constitucional da Jordânia, como membros do Comité de Cooperação e Coordenação previsto no acordo.

Estas são, em resumo, as actividades realizadas pela Secretaria Permanente desde a última reunião da Conferência, que submeto à consideração do plenário.

Antes de concluir, gostaria de recordar que na nona reunião da Conferência, realizada em Cádiz em Maio de 2012, tive a honra de ser nomeado pelo plenário como Secretário Permanente da Conferência, em substituição do então juiz do Tribunal Constitucional espanhol, Sr. Pablo Pérez Tremps, que tinha assumido essa responsabilidade desde 2005 com brilhantes resultados no reforço deste fórum multilateral de justiça constitucional.

O meu mandato no Tribunal Constitucional espanhol conclui em Ddzembro de 2016, pelo que gostaria de aproveitar esta oportunidade para me despedir de todos vocês.

Muito obrigado pelo vosso apoio durante estes anos.

Lima, 1 de julho de 2016.

Francisco Pérez de los Cobos Orihuel